



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Cidades do Pará: Gastos Públicos em comparação com o Índice de Desenvolvimento Humano.

Edilson Antônio Borges de Castro
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

E-mail:

Luann Yago Oliveira Maciel
Universidade Federal do Pará (UFRA)

E-mail:

Maria de Nazareth Oliveira Maciel
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

E-mail: nazarethmaciel@ufra.edu.br

Resumo

O objetivo da pesquisa é analisar a evolução dos gastos públicos das cidades do Estado do Pará comparados ao índice de desenvolvimento humano municipal, partir do cruzamento das despesas, divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional plataforma SICONFI, com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), disponíveis na plataforma FIRJAN, no período de 2013 a 2016. Os municípios foram divididos por porte, conforme critérios da plataforma do IBGE/2019, combinando às definições de Calvo, 2016, citado por Ribeiro et al (2019), onde o porte populacional é fator específico para identificação de grupos populacionais homogêneos, dividida em três categorias ou portes: municípios com menos que 25 mil habitantes são considerados de pequeno porte, municípios com 25 a 100 mil habitantes de médio porte e, finalmente, os municípios com mais de 100 mil habitantes são considerados de grande porte. Os principais achados mostram que entre 14 municípios grandes, dez conseguiram estágio de IDHM moderado com variação de 0,6 a 0,8 e quatro apresentaram IDHM regular com variação de 0,4 a 0,6. Já entre 42 municípios de médio porte, 36 apresentaram um estágio de crescimento regular do IDHM e 6 municípios apresentaram IDHM moderado. Entre 25 municípios de pequeno porte, 21 apresentaram IDHM regular, 2 apresentaram IDHM baixo com variação de 0,0 a 0,4, e com estágio moderado, apenas 2. Com os dados apresentados de 81 dos 144 municípios paraenses, foi possível identificar quais municípios paraenses possuem transparência das contas públicas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Conclui-se que as despesas efetivadas pelos municípios paraenses não influenciam no desenvolvimento humano municipal.

Palavras-chave: Despesa Pública; Cidade do Pará; Crescimento Municipal.

Linha Temática: Outros temas relevantes em contabilidade (Contabilidade Pública Governamental).



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



1 Introdução

No Brasil o orçamento das organizações e instituições governamentais é disperso pelos três níveis de governo (União, Estados e Municípios). A interação é feita de forma tímida, por não haver um sistema unificado que interligue as informações entre os órgãos. Portanto, o setor público tem dificuldade em tornar efetivas as ações e políticas. Os processos em geral são demorados e inflexível que leva a um prejuízo da capacidade de atender interesses e necessidades da sociedade (MATIAS-PEREIRA, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma nota, na qual sua composição é feita por indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: a renda, a educação e a longevidade. O índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. (PNUD, 2015). Costa (2015) explica que o desenvolvimento advém da alocação dos recursos públicos por parte do Estado, para que a sociedade tenha mais acesso aos bens e serviços oferecidos pelo Estado, a aplicação desses recursos deve ser feita por parte da gestão pública de maneira eficaz e principalmente eficiente. Para Rocha (2019), o Estado possui um papel importante para o desenvolvimento Humano em propiciar para a sociedade condições mínimas.

Segundo Novo (2006), a elevação do indicador de desenvolvimento humano varia conforme a área de aplicação dos recursos públicos, ou seja, especificamente, o impacto do aumento de R\$ 1 nos gastos per capita em educação pode ser diferente do impacto do aumento de R\$ 1 nos gastos per capita em saneamento básico. Dessa forma, do conhecer a elasticidade de resposta dos gastos públicos em desenvolvimento humano contribui para aumentar a eficiência das políticas e a alocação de recursos públicos. Neste contexto, o Pará é o segundo maior estado da federação em termos territoriais, composto por 144 municípios. O tamanho territorial não é proporcional ao desenvolvimento de sua população. O Pará ocupa a 24ª posição entre os 26 estados e o Distrito Federal em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IBGE, 2010)

De todos os municípios paraenses pesquisados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], apenas a capital Belém apresentou índice acima da média nacional, dados que refletem o baixo desenvolvimento nas cidades interioranas do estado. Tendo em vista a importância da qualidade do gasto público quando comparada ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) questiona qual a evolução dos gastos públicos das cidades do Estado do Pará comparada ao índice de desenvolvimento humano municipal? A partir do objetivo de analisar a evolução dos gastos públicos das cidades do Estado do Pará comparado ao índice de desenvolvimento humano municipal, justificado que pesquisas comparando as despesas públicas com o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Estado do Pará são escassas.

Na primeira parte do artigo é feita uma introdução, seguida da fundamentação teórica. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos. A quarta parte apresenta os resultados encontrados, elucidando sobre a eficiência da aplicação dos recursos públicos a influência das variáveis e o IDHM, seguida das considerações finais.

2 Revisão da Literatura

2.1 Gastos Públicos

A sociedade espera por um melhor uso dos recursos públicos por parte dos gestores, pois há limites para o aumento das receitas que financiam os serviços públicos. Para Rezende (2008), o



ORGANIZAÇÃO



APOIO



crescimento do Estado e dos gastos públicos é um dos fenômenos constitutivos das sociedades modernas, e representam importante problematização teórica na ciência social contemporânea.

O governo pode ampliar sua demanda agregada, injetando recursos no setor privado através da compra de bens e serviços ou diminuindo sua tributação, como também pode diminuir sua demanda, com diminuição de seus gastos, impactando na demanda por bens e serviços no setor privado, ou até mesmo elevando o nível de tributação, conforme explica (BOGONI; HEIN e BEUREN, 2011).

Silva, Kuwahara e Maciel (2012) relatam que um dos maiores desafios para quem fórmula as políticas públicas é a distribuição dos recursos, de maneira que se consiga o máximo de bem-estar. Ao passo que Nayak e Mishra (2014) mostram que teoricamente acredita-se que uma economia baseada no mercado iria contentar as necessidades de bem-estar da sociedade, mas a realidade é muito mais complexa e imperfeita e por esse motivo, o setor social do governo tem uma preocupação cada vez maior com as políticas com o desenvolvimento humano e assim incorporam a saúde e a educação como componentes muito importantes.

2.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Conforme Scarpin (2007), no início da década de 1990 foi lançado pela ONU o índice de desenvolvimento humano (IDH), que se propõe a verificar o grau de desenvolvimento de um país utilizando alguns indicadores de desempenho. No ano de 2013, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro tiveram como desafio adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Após calcular o IDHM dos municípios brasileiros, as três instituições assumiram um novo desafio: calcular o IDHM a nível intermunicipal das regiões metropolitanas do país para as Unidades de Desenvolvimento Humano. (PINTO ET AL 2013)

Para a base de cálculo do IDHM dos municípios brasileiros, são seguidas as mesmas três dimensões do IDH global, saúde, educação e renda. Assim, o IDHM incluindo seus três componentes: Longevidade, Educação e Renda, relata a história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. O IDHM é acompanhado por mais de 200 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal. O IDHM e os indicadores de suporte ficam reunidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no (BRASIL, 2013).

Para Videira e Mattos (2011), há um significativo aumento em relação às despesas com educação, saúde e investimentos em anos eleitorais, o que se pode acreditar, segundo a pesquisa, que esse aumento tem como principal objetivo fazer com que o eleitor veja no gestor, principalmente em ano eleitoral, competência em gerir os recursos públicos e com isso conseguir ganhar votos, conforme ratifica a teoria dos ciclos políticos. O desenvolvimento humano reflete a redução da desigualdade entre indivíduos.

Os recursos utilizados para oferecer bens e serviços à sociedade estão cada vez mais racionado com a capacidade de melhorar a qualidade de vida, colocando o Estado como agente transformador e promotor do desenvolvimento. Ao arrecadar recursos deve aplica-los em ações que impactem diretamente no desenvolvimento e conseqüentemente na qualidade de vida da sociedade.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



2.3 Estudos Anteriores

Marinho e Netto (1999) analisaram o impacto dos gastos públicos municipais na qualidade de vida e na renda percapita dos municípios do estado do Ceará. A amostra foi constituída por todos os municípios cearenses e distribuídos em três grupos conforme PIB, o número de habitantes, a taxa de urbanização e o índice de desenvolvimento humano. Na pesquisa, foi possível constatar que os impactos dos gastos públicos no IDH, não influenciam as condições de qualidade de vida dos municípios, que os municípios no estado do Ceará, independentemente de seu grau de desenvolvimento, gastam mal seus recursos, sem gerar melhoria de qualidade de vida para seus habitantes.

Rezende, Slomski e Corrar (2005) avaliaram as variáveis condicionantes entre as políticas públicas e o nível de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. Com o estudo piloto-exploratória realizado, pode-se detectar, por meio da análise de *clusters*, que os municípios que apresentam maiores investimentos não estão, necessariamente, no *cluster* dos que possuem melhores índices de desenvolvimento humano. A técnica de regressão múltipla mostra relação entre municípios que apresentam maiores IDH e municípios com maior volume de investimento não atende a uma relação linear. Constatou-se também que o relacionamento entre investimentos públicos e IDH não apresentam relacionamento linear.

Nova (2006) avaliou como os gastos públicos no âmbito dos municípios cearenses afetam a variação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. O estudo iniciou-se com uma discussão sobre desenvolvimento humano, bem-estar e a sua mensuração, foi feita uma explanação sobre políticas de combate à pobreza no Brasil e no Ceará e o efeito da política de gastos públicos sobre indicadores de bem-estar. Através de um modelo econométrico pode-se examinar o impacto dos gastos públicos sobre o IDH. A principal conclusão do trabalho é que os gastos totais (e gastos correntes) per capita pouco influenciam o IDH, enquanto os gastos destinados à Educação e Habitação impactam positivamente o IDH dos municípios cearenses.

Moraes, de Araújo e Monteiro (2012) analisaram a relação entre os gastos públicos com o crescimento econômico. O estudo fez uma revisão da literatura e uma análise da influência das despesas com saúde e saneamento, urbanismo e habitação, custeio de pessoal e Poder Legislativo estadual sobre o crescimento econômico nos municípios cearenses. O capital físico e humano dos municípios cearenses também é incorporado à análise. O estudo foi composto por uma amostra de 122 dos 184 municípios cearenses no período de 2002 a 2009, com o objetivo de encontrar quais tipos de gastos estariam influenciando seu crescimento econômico.

Ressalte-se que o impacto do capital humano é maior do que o obtido via crescimento do capital físico. Políticas públicas direcionadas ao aumento da educação apresentam maiores impactos no aumento do produto do que aquelas que influenciam apenas o crescimento do produto com elevação do capital físico. Já os gastos com saúde, saneamento e legislativos não mostraram relação com o produto. As despesas com urbanismo e habitação, e custeio com pessoal apresentaram impacto positivo sobre o PIB per capita.

3 Procedimentos Metodológicos

Esta investigação trata de dois tipos de dados: i sobre despesas públicas municipais pagas e sobre o índice de desenvolvimento humano municipal. O universo para realizar a pesquisa era os 144 municípios existentes no estado do Pará, porém, a amostra ficou com 81, isto é, os municípios que obtiveram transparência das contas públicas dos anos de 2013, 2014, 2015, 2016, efetivando

registro na plataforma. Dessa forma, 63 municípios foram excluídos por não declarem suas contas anuais na plataforma no período pesquisado.

A coleta de dados sobre despesas públicas foi realizada na plataforma da Secretaria do Tesouro Nacional intitulada Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), no banco de dados denominado (FINBRA), local onde são armazenadas as informações contábeis, fiscais e financeiras dos órgãos e instituições brasileiras. Acessando a plataforma SICONFI, em seguida consulta FINBRA e na sequência contas anuais, Estado do Pará, Despesas Orçamentárias anexo I-D.

No Anexo I-D despesas orçamentárias, constam várias informações sobre os municípios brasileiros, tais como: despesas empenhadas correntes e de capital, despesas líquidas correntes e de capital, despesas correntes e de capital, inscrição de restos a pagar não processados correntes e de capital, inscrição de restos a pagar processados correntes e de capital. Para coleta foi feito um recorte de pesquisa e extraindo apenas o valor total da soma das despesas correntes e despesas de capital de cada município paraense que foram planilhados e receberam a nomenclatura, despesas.

Estes dados receberam um segundo tratamento em três outras planilhas, agora categorizando os municípios em grande, médio e pequeno porte com base na quantidade de habitantes por município, tomando por base o ano de 2013 a 2016. A divisão, por porte, foi elaborada a partir das informações sobre número de suas populações, conforme critérios da plataforma do IBGE/2019, somadas as definições de Calvo (2016) citado por Ribeiro *et al* (2019), onde o porte populacional é fator específico para identificação de grupos populacionais homogêneos, dividida em três categorias ou portes: municípios com menos que 25 mil habitantes são considerados de pequeno porte, municípios com 25 a 100 mil habitantes de médio porte e, finalmente, os municípios com mais de 100 mil habitantes são considerados de grande porte.

Os dados referentes ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM foram coletados da plataforma da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro -FIRJAN. O referido índice é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, tratando-se de um estudo realizado pela FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros em três áreas: emprego e renda, educação e saúde. A leitura do IFDM é realizada de maneira bem simples, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo). E a classificação se dar em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2019).

Para obter os indicadores, foi feito o cruzamento de todos os dados extraídos da plataforma SICONFI com os dados extraídos e selecionados da plataforma FIRJAN, continuando a divisão por porte. Dessa forma, através da análise horizontal, foi calculado o percentual de crescimento ou diminuição das despesas, como também da nota do IDHM. A partir de então, foi possível realizar o cruzamento das informações e formulação de resultados.

4 Resultado e Discussões

4.1 Informações sobre o IDHM dos municípios paraenses divididos por porte.

Os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) do estado do Pará, divididos por porte são apresentados em três tabelas, na tabela 1 está o índice dos



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



municípios de grande porte no período de 2013 a 2016. Na tabela 2 estão as despesas dos municípios de grande porte no período 2013 a 2016. Na tabela 3 as despesas e IDHM dos municípios de grande porte no período 2013 a 2016.

Tabela 1 - IDHM de Municípios Grande período de 2013 a 2016.

Município	IDHM							
	2013		2014		2015		2016	
Abaetetuba	0,60	Regular	0,58	Regular	0,55	Regular	0,53	Regular
Ananindeua	0,67	Moderado	0,67	Moderado	0,63	Moderado	0,66	Moderado
Barcarena	0,65	Moderado	0,70	Moderado	0,67	Moderado	0,70	Moderado
Belém	0,71	Moderado	0,71	Moderado	0,70	Moderado	0,69	Moderado
Castanhal	0,71	Moderado	0,72	Moderado	0,64	Moderado	0,73	Moderado
Itaituba	0,57	Regular	0,58	Regular	0,57	Regular	0,59	Regular
Marabá	0,70	Moderado	0,66	Moderado	0,64	Moderado	0,64	Moderado
Marituba	0,63	Moderado	0,65	Moderado	0,62	Moderado	0,65	Moderado
Paragominas	0,70	Moderado	0,70	Moderado	0,68	Moderado	0,73	Moderado
Parauapebas	0,74	Moderado	0,76	Moderado	0,71	Moderado	0,74	Moderado
Santarém	0,69	Moderado	0,71	Moderado	0,68	Moderado	0,71	Moderado
São Félix do Xingu	0,49	Regular	0,50	Regular	0,49	Regular	0,49	Regular
Tailândia	0,63	Moderado	0,63	Moderado	0,60	Moderado	0,59	Regular
Tucuruí	0,65	Moderado	0,67	Moderado	0,63	Moderado	0,68	Moderado

Fonte: Plataforma FIRJAN adaptado pelos autores (2019).

Os dados referentes ao IDHM no período de 2013 a 2016 dos municípios considerados como grandes, com mais de 100 mil habitantes, da amostra de 14 municípios entre os 18 municípios considerados grandes é possível identificar que no ano de 2013, apresentaram IDHM regular três municípios, Abaetetuba, Itaituba, São Félix do Xingu. Em contrapartida, esse número cresceu em 2016 passando de três para quatro municípios com situação regular, Abaetetuba, Itaituba, São Félix do Xingu e Tailândia, que apresentou uma queda no IDHM nesse período.

Marinho (1999) ao investigar o impacto dos gastos públicos municipais na qualidade de vida e na renda per capita dos municípios do estado do Ceará, obteve como resultado, o contrário do que se esperava, ou seja, os gastos públicos municipais não influenciavam as condições e qualidade de vida dos municípios do estado do Ceará. De outro modo, os municípios paraenses de grande porte que mais tiveram despesas, mais elevaram seu IDHM. Dentre a amostra dos municípios pesquisados 71% apresentaram níveis moderados de IDHM. Apresentaram nível baixo 29% dos municípios. Percebe-se que há uma relação direta entre as despesas e a qualidade de vida na maioria dos municípios paraenses.

Tabela 2 - Despesas de Municípios Grandes períodos 2013 a 2016

MUNICÍPIOS	DESPESAS			
	*EM MILHARES DE REAIS			
	2013	2014	2015	2016
Abaetetuba	R\$ 163,8	R\$ 199,0	R\$ 206,3	R\$ 211,8
Ananindeua	R\$ 425,0	R\$ 523,5	R\$ 542,4	R\$ 574,3



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Barcarena	R\$ 188,9	R\$ 224,5	R\$ 241,1	R\$ 289,1
Belém	R\$ 2062,9	R\$ 2513,9	R\$ 2621,5	R\$ 2623,0
Castanhal	R\$ 240,8	R\$ 272,9	R\$ 290,8	R\$ 320,8
Itaituba	R\$ 148,4	R\$ 167,9	R\$ 179,5	R\$ 193,1
Marabá	R\$ 433,8	R\$ 537,1	R\$ 530,4	R\$ 551,5
Marituba	R\$ 146,0	R\$ 168,4	R\$ 206,5	R\$ 200,6
Paragominas	R\$ 198,7	R\$ 182,3	R\$ 207,9	R\$ 254,3
Parauapebas	R\$ 984,9	R\$ 1112,8	R\$ 917,1	R\$ 904,1
Santarém	R\$ 368,0	R\$ 404,7	R\$ 464,6	R\$ 493,9
São Félix do Xingu	R\$ 103,2	R\$ 114,4	R\$ 121,0	R\$ 149,0
Tailândia	R\$ 97,4	R\$ 113,1	R\$ 121,2	R\$ 136,3
Tucuruí	R\$ 204,3	R\$ 260,3	R\$ 258,6	R\$ 263,8

Fonte: Plataforma SICONFI adaptado pelos autores, (2019).

As informações sobre as despesas por cada município considerado grande no período de 2013 a 2016, desta amostra, 13 municípios mantiveram um aumento no valor dos gastos na conta despesas apenas o município de Parauapebas teve uma diminuição relacionando o ano de 2013 com o de 2016.

Nessa etapa da pesquisa estão dispostos, em tabelas e gráficos, as informações sobre despesas em comparação com o IDHM dos municípios paraenses, divididos por porte.

Tabela 3 - Despesas e IDHM de Municípios Grandes períodos 2013 a 2016.

MUNICÍPIOS	IDHM	DESPESAS
Abaetetuba	-11,7% ▼	29,4% ▲
Ananindeua	-1,8% ▼	35,1% ▲
Barcarena	7,6% ▲	53,1% ▲
Belém	-2,5% ▼	27,1% ▲
Castanhal	2,8% ▲	33,2% ▲
Itaituba	3,1% ▲	30,1% ▲
Marabá	-8,0% ▼	27,1% ▲
Marituba	2,6% ▲	37,4% ▲
Paragominas	4,0% ▲	28,0% ▲
Parauapebas	0,5% ▲	-8,2% ▼
Santarém	2,8% ▲	34,2% ▲
São Félix do Xingu	0,6% ▲	44,3% ▲
Tailândia	-6,9% ▼	39,9% ▲
Tucuruí	4,7% ▲	29,1% ▲

Fonte: Relatório FIRJAN e SICONFI adaptados pelos autores, (2019).

Entre os 14 municípios grandes da amostra é possível identificar na tabela abaixo que cinco municípios, sendo eles: Abaetetuba, Ananindeua, Belém, Marabá e Tailândia tiveram uma redução no IDHM. Em contrapartida, todos tiveram aumento de despesas variando de 27,1% a 39,9% de acréscimo. Já o município de Parauapebas, que teve -8,2% em suas despesas, conseguiu aumentar o IDHM em 0,5%.

Santos (2019), em sua pesquisa, usou a variável IDHM como uma proxy para o bem-estar



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

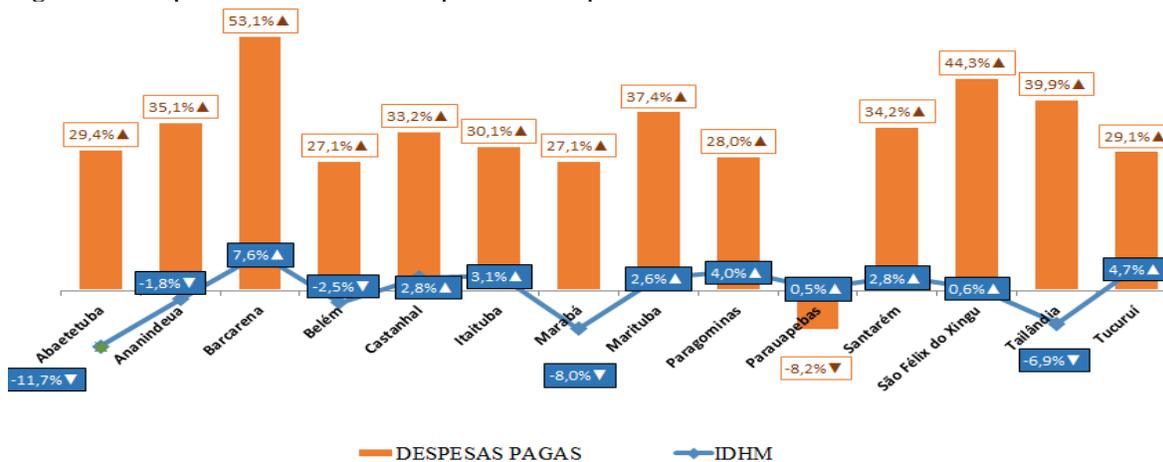
7 a 9 de setembro



social. O autor esperava que, quanto maior o IDHM apresentado pelo município, maior seja o índice de eficiência alcançado pelo município. Com isso, espera-se que o bem-estar social influencie na melhor aplicação dos recursos por parte dos administradores públicos. Entretanto, pouco mais de 9% dos municípios analisados apresentaram índices eficientes na alocação dos recursos públicos em educação fundamental. O que resulta em um inexpressivo índice de eficiência, que pode ser explicado pelo fato da má gestão dos recursos de responsabilidade municipal.

Da amostra analisada de municípios grandes, 8 municípios apresentaram relação diretamente proporcional entre as variáveis despesas e IDH-M. Em contraponto, 35% dos municípios apresentaram uma relação inversamente proporcional entre despesas e IDH-M, o que apresenta um resultado diferente do esperado. Os achados são semelhantes aos encontrados por Santos (2019) usando variáveis diferentes. Pode-se inferir de um resultado negativo, haja vista que houve um aumento de despesas, e esse aumento não acarretou consequentemente aumento na qualidade de vidas dos munícipes. Esse resultado corrobora com os resultados de Santos (1999) que identificou que pouco mais de 9% dos municípios analisados apresentaram índices eficientes na alocação dos recursos públicos. Na figura 1 estão as informações de despesas e do IDHM de Municípios Grandes.

Figura 1 – Despesas e IDHM de Municípios Grandes períodos 2013 a 2016.



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Representação gráfica da relação entre Despesas e IDHM dos 14 municípios grandes do estado do para, destacando-se o município de Barcarena por apresentar o maior aumento no IDHM em relação aos demais municípios, esse aumento chegou a 7,6% a mais no ano de 2016 comparado a 2013, fica evidente que o município de Barcarena também teve um acréscimo em relação as despesas de 53,1% no ano de 2016 em relação a 2013. Observa-se crescimento constante tanto de despesas, quanto de IDHM, ratificando ao que se era esperado por Santos (2019) que em sua pesquisa esperava que quanto maior o IDHM apresentado pelo município, maior seja o índice de eficiência alcançado pelo município.



Tabela 4- IDHM de Municípios Médios períodos 2013 a 2016.

Município	IDHM							
	2013		2014		2015		2016	
Acará	0,58	Regular	0,57	Regular	0,56	Regular	0,53	Regular
Água Azul do Norte	0,46	Regular	0,42	Regular	0,45	Regular	0,44	Regular
Alenquer	0,49	Regular	0,51	Regular	0,48	Regular	0,54	Regular
Almeirim	0,54	Regular	0,56	Regular	0,56	Regular	0,57	Regular
Anapú	0,49	Regular	0,46	Regular	0,44	Regular	0,47	Regular
Augusto Corrêa	0,48	Regular	0,48	Regular	0,50	Regular	0,51	Regular
Aurora do Pará	0,40	Regular	0,46	Regular	0,47	Regular	0,50	Regular
Benevides	0,61	Moderado	0,64	Moderado	0,64	Moderado	0,66	Moderado
Breu Branco	0,54	Regular	0,51	Regular	0,51	Regular	0,56	Regular
Canaã dos Carajás	0,75	Moderado	0,78	Moderado	0,77	Moderado	0,68	Moderado
Capanema	0,57	Regular	0,60	Regular	0,57	Regular	0,59	Regular
Conceição do Araguaia	0,52	Regular	0,60	Moderado	0,57	Regular	0,53	Regular
Dom Eliseu	0,49	Regular	0,54	Regular	0,54	Regular	0,58	Regular
Goianésia do Pará	0,48	Regular	0,51	Regular	0,51	Regular	0,52	Regular
Igarapé-Açu	0,64	Moderado	0,64	Moderado	0,58	Regular	0,61	Moderado
Igarapé-Miri	0,47	Regular	0,48	Regular	0,49	Regular	0,52	Regular
Irituí	0,58	Regular	0,56	Regular	0,57	Regular	0,60	Regular
Itupiranga	0,48	Regular	0,49	Regular	0,50	Regular	0,49	Regular
Jacundá	0,50	Regular	0,50	Regular	0,48	Regular	0,52	Regular
Juruti	0,59	Regular	0,58	Regular	0,54	Regular	0,57	Regular
Medicilândia	0,52	Regular	0,49	Regular	0,47	Regular	0,52	Regular
Moju	0,59	Regular	0,59	Regular	0,51	Regular	0,48	Regular
Novo Progresso	0,60	Moderado	0,64	Moderado	0,65	Moderado	0,64	Moderado
Novo Repartimento	0,49	Regular	0,48	Regular	0,49	Regular	0,47	Regular
Óbidos	0,45	Regular	0,47	Regular	0,46	Regular	0,51	Regular
Oriximiná	0,57	Regular	0,55	Regular	0,57	Regular	0,60	Regular
Ourlândia do Norte	0,53	Regular	0,50	Regular	0,54	Regular	0,48	Regular
Pacajá	0,46	Regular	0,44	Regular	0,50	Regular	0,54	Regular
Placas	0,53	Regular	0,59	Regular	0,47	Regular	0,50	Regular
Ponta de Pedras	0,47	Regular	0,47	Regular	0,48	Regular	0,50	Regular
Rondon do Pará	0,55	Regular	0,58	Regular	0,53	Regular	0,57	Regular
Rurópolis	0,46	Regular	0,49	Regular	0,47	Regular	0,53	Regular
Salinópolis	0,54	Regular	0,55	Regular	0,56	Regular	0,63	Moderado
Santa Isabel do Pará	0,58	Regular	0,56	Regular	0,59	Regular	0,62	Moderado
Santana do Araguaia	0,47	Regular	0,44	Regular	0,39	Baixo	0,47	Regular
São Domingos do Araguaia	0,44	Regular	0,44	Regular	0,46	Regular	0,53	Regular
Soure	0,54	Regular	0,51	Regular	0,50	Regular	0,54	Regular
Tomé-Açu	0,53	Regular	0,51	Regular	0,52	Regular	0,54	Regular
Tucumã	0,61	Moderado	0,54	Regular	0,53	Regular	0,51	Regular
Ulianópolis	0,61	Moderado	0,57	Regular	0,60	Regular	0,61	Moderado
Uruará	0,58	Regular	0,57	Regular	0,53	Regular	0,53	Regular
Viseu	0,50	Regular	0,51	Regular	0,52	Regular	0,52	Regular

Fonte: Plataforma FIRJAN adaptado pelos autores, (2019).

A representação de 42 dos 76 municípios médios, onde 36 apresentaram um estágio de crescimento regular do IDHM com variação de 0,4 a 0,6 e apenas 6 dos 42 municípios apresentaram IDHM moderado com variação de 0,6 a 0,8 no ano de 2013, se comparado a 2016 apenas os municípios de Salinópolis e Santa Isabel do Pará conseguiram elevar seu IDHM de regular para moderado, diferente do município de Tucumã que sofre uma baixa, passando de moderada em 2013



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



para regular em 2016, o restante dos municípios se mantiveram com a mesma classificação nesse período. Na pesquisa de Costa (2015) utilizando variáveis de gastos médios de alunos matriculados, o autor afirma que os maiores gastos médios não garantem eficiências em suas alocações, pois os municípios que alocaram os maiores valores não obtiveram os maiores resultados.

Tabela 5 - Despesas de Municípios Médios períodos 2013 a 2016.

MUNICÍPIO	DESPESAS		*EM MILHARES DE REAIS	
	2013	2014	2015	2016
Acará	R\$ 87,9	R\$ 98,8	R\$ 102,8	R\$ 106,4
Água Azul do Norte	R\$ 33,3	R\$ 36,1	R\$ 40,1	R\$ 51,9
Alenquer	R\$ 65,6	R\$ 84,9	R\$ 88,5	R\$ 90,0
Almeirim	R\$ 71,2	R\$ 77,3	R\$ 86,4	R\$ 88,5
Anapú	R\$ 38,9	R\$ 47,2	R\$ 56,2	R\$ 63,5
Augusto Corrêa	R\$ 63,4	R\$ 71,1	R\$ 74,3	R\$ 82,2
Aurora do Pará	R\$ 33,7	R\$ 42,7	R\$ 46,3	R\$ 47,1
Benevides	R\$ 69,3	R\$ 84,3	R\$ 85,3	R\$ 89,4
Breu Branco	R\$ 73,9	R\$ 94,0	R\$ 92,8	R\$ 96,3
Canaã dos Carajás	R\$ 162,8	R\$ 242,2	R\$ 315,5	R\$ 310,9
Capanema	R\$ 79,8	R\$ 91,1	R\$ 99,2	R\$ 111,3
Conceição do Araguaia	R\$ 59,9	R\$ 67,1	R\$ 73,1	R\$ 72,0
Dom Eliseu	R\$ 74,5	R\$ 79,6	R\$ 84,9	R\$ 113,8
Goianésia do Pará	R\$ 60,2	R\$ 75,6	R\$ 64,6	R\$ 70,0
Igarapé-Açu	R\$ 40,7	R\$ 44,7	R\$ 43,8	R\$ 51,6
Igarapé-Miri	R\$ 84,0	R\$ 27,7	R\$ 27,7	R\$ 27,7
Irituia	R\$ 34,7	R\$ 44,9	R\$ 46,7	R\$ 50,7
Itupiranga	R\$ 72,5	R\$ 78,3	R\$ 84,2	R\$ 88,4
Jacundá	R\$ 72,1	R\$ 73,4	R\$ 80,6	R\$ 84,6
Juruti	R\$ 89,1	R\$ 92,3	R\$ 101,1	R\$ 117,5
Medicilândia	R\$ 39,3	R\$ 44,1	R\$ 42,3	R\$ 44,5
Moju	R\$ 119,6	R\$ 120,3	R\$ 125,5	R\$ 130,9
Novo Progresso	R\$ 47,5	R\$ 48,6	R\$ 49,5	R\$ 58,6
Novo Repartimento	R\$ 124,9	R\$ 130,0	R\$ 138,0	R\$ 135,8
Óbidos	R\$ 64,0	R\$ 75,7	R\$ 83,9	R\$ 86,8
Oriximiná	R\$ 143,1	R\$ 163,6	R\$ 176,3	R\$ 187,6
Ourilândia do Norte	R\$ 67,1	R\$ 60,0	R\$ 67,6	R\$ 72,3
Pacajá	R\$ 56,7	R\$ 58,3	R\$ 64,1	R\$ 21,9
Placas	R\$ 28,9	R\$ 33,7	R\$ 38,3	R\$ 41,6
Ponta de Pedras	R\$ 31,6	R\$ 40,9	R\$ 42,9	R\$ 49,2
Rondon do Pará	R\$ 66,6	R\$ 66,4	R\$ 69,8	R\$ 82,0
Rurópolis	R\$ 41,6	R\$ 48,2	R\$ 51,9	R\$ 60,9
Salinópolis	R\$ 39,7	R\$ 52,3	R\$ 62,4	R\$ 78,0
Santa Izabel do Pará	R\$ 69,8	R\$ 81,2	R\$ 89,5	R\$ 95,4
Santana do Araguaia	R\$ 64,4	R\$ 73,0	R\$ 68,6	R\$ 92,2
São Domingos do Araguaia	R\$ 33,4	R\$ 38,3	R\$ 42,3	R\$ 41,8
Soure	R\$ 31,9	R\$ 31,8	R\$ 36,3	R\$ 37,0
Tomé-Açu	R\$ 93,2	R\$ 106,9	R\$ 110,0	R\$ 118,8
Tucumã	R\$ 58,3	R\$ 64,0	R\$ 69,0	R\$ 75,9
Ulianópolis	R\$ 51,4	R\$ 67,1	R\$ 72,1	R\$ 75,6
Uruará	R\$ 58,4	R\$ 67,5	R\$ 65,5	R\$ 55,0
Viseu	R\$ 92,4	R\$ 108,1	R\$ 108,7	R\$ 118,6

Fonte: Plataforma SICONFI adaptado pelos autores, (2019).



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Na tabela 5 estão despesas dos municípios classificados como médios, por terem de 25 mil a 100 mil habitantes. Nessa amostra, os municípios de Igarapé-Miri, Pacajá e Uruará obtiveram despesas menores em 2016 se comparadas a despesas em 2013. O que pode inferir em menos aplicação de recursos para o bem-estar social.

Na tabela 6 estão representados municípios do Pará de porte médio.

Tabela 6 - Despesas e IDHM de Municípios Médios períodos 2013 a 2016.

MUNICÍPIO	IDHM	DESPESAS
Acará	-9,4% ▼	21,1% ▲
Água Azul do Norte	-4,5% ▼	55,9% ▲
Alenquer	10,3% ▲	37,3% ▲
Almeirim	4,8% ▲	24,3% ▲
Anapú	-5,7% ▼	63,1% ▲
Augusto Corrêa	6,1% ▲	29,6% ▲
Aurora do Pará	23,2% ▲	39,5% ▲
Benevides	8,7% ▲	29,1% ▲
Breu Branco	2,6% ▲	30,2% ▲
Canaã dos Carajás	-9,0% ▼	91,0% ▲
Capanema	3,5% ▲	39,4% ▲
Conceição do Araguaia	0,4% ▲	20,1% ▲
Dom Eliseu	18,3% ▲	52,8% ▲
Goianésia do Pará	7,8% ▲	16,3% ▲
Igarapé-Açu	-3,7% ▼	27,0% ▲
Igarapé-Miri	11,3% ▲	-67,0% ▼
Irituia	2,5% ▲	46,2% ▲
Itupiranga	3,0% ▲	22,0% ▲
Jacundá	3,7% ▲	17,3% ▲
Juruti	-3,7% ▼	31,9% ▲
Medicilândia	0,8% ▲	13,4% ▲
Moju	-18,9% ▼	9,4% ▲
Novo Progresso	6,9% ▲	23,6% ▲
Novo Repartimento	-3,9% ▼	8,7% ▲
Óbidos	11,4% ▲	35,6% ▲
Oriximiná	5,2% ▲	31,1% ▲
Outilândia do Norte	-8,1% ▼	7,7% ▲
Pacajá	17,5% ▲	-61,3% ▼
Placas	-5,1% ▼	44,2% ▲
Ponta de Pedras	7,6% ▲	55,7% ▲
Rondon do Pará	4,2% ▲	23,2% ▲
Rurópolis	14,5% ▲	46,5% ▲
Salinópolis	16,7% ▲	96,7% ▲
Santa Izabel do Pará	6,2% ▲	36,7% ▲
Santana do Araguaia	-1,9% ▼	43,1% ▲
São Domingos do Araguaia	20,1% ▲	25,1% ▲
Soure	-1,3% ▼	15,8% ▲
Tomé-Açu	0,8% ▲	27,4% ▲
Tucumã	-17,2% ▼	30,1% ▲
Ulianópolis	-0,7% ▼	47,0% ▲
Uruará	-8,5% ▼	-5,8% ▼
Viseu	4,3% ▲	28,3% ▲

Fonte: Relatório FIRJAN e SICONFI adaptado pelos autores (2019).



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

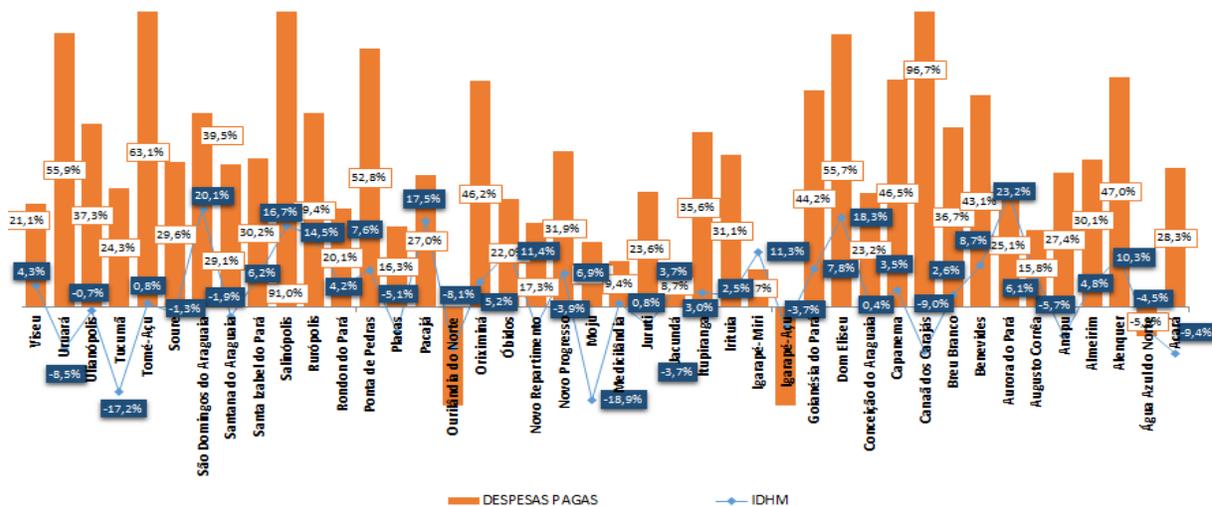
7 a 9 de setembro



Na tabela 6 é possível identificar que os municípios de Acará, Água Azul do Norte, Anapú, Canã dos Carajás, Igarapé-Açu, Juruti, Moju, Novo repartimento, Ourilândia do Norte, Placas, Santana do Araguaia, Soure, Tucumã, Ulianópolis, Uruará obtiveram IDHM reduzido em 2016. Se comparado a 2013, destes, apenas o município de Uruará teve redução de -5,8% nas despesas. O restante apresentou acréscimo no total de despesas. Já os municípios de Igarapé-Miri e Pacajá pagaram menos despesas no ano de 2016 mesmo assim conseguiram aumentar seu IDHM. Conforme dados da tabela 5, pode-se perceber que os municípios de Igarapé-Miri, Pacajá e Uruará obtiveram despesas menores em 2016, se comparadas a despesas em 2013.

Os dados mostram que os municípios diminuindo suas despesas, o IDHM melhora o que significa uma melhor e mais eficiente aplicação dos recursos e que o aumento de valores de recursos não significa necessariamente melhorar a qualidade vida da população, conforme explicado por Costa (2015), que relata que o desenvolvimento advém da alocação dos recursos públicos por parte do Estado e que, para que a sociedade tenha mais acesso aos bens e serviços oferecidos pelo estado, a aplicação desses recursos deve ser feita por parte da gestão pública de maneira eficaz e eficiente.

Figura 2 - Despesas e IDHM de Municípios Médios períodos 2013 a 2016



Fonte: Dados da Pesquisa, (2019).

Representação gráfica dos municípios médios é a relação entre o IDHM é as Despesas no período de 2013 a 2016. Nesse gráfico o município de Canã dos Carajás se destaca com um acréscimo de 96,7% nas Despesas, em contra parti seu IDHM teve uma redução de -9%, sendo que o município de Aurora do Pará teve um acréscimo de 23,2% em seu IDHM com apenas 25,1% de aumento nas despesas.

Tabela 7 - IDHM de Municípios Pequenos períodos 2013 a 2016.

MUNICÍPIOS	IDHM			
	2013	2014	2015	2016
Abel Figueiredo	0,62 Moderado	0,59 Regular	0,54 Regular	0,55 Regular
Bannach	0,45 Regular	0,54 Regular	0,51 Regular	0,59 Regular
Belterra	0,49 Regular	0,52 Regular	0,52 Regular	0,60 Moderado



100% ON-LINE

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting CongressA Contabilidade e as
Novas Tecnologias

7 a 9 de setembro



Bom Jesus do Tocantins	0,49	Regular	0,59	Regular	0,54	Regular	0,58	Regular
Brasil Novo	0,56	Regular	0,55	Regular	0,50	Regular	0,56	Regular
Brejo Grande do Araguaia	0,53	Regular	0,48	Regular	0,46	Regular	0,49	Regular
Chaves	0,47	Regular	0,52	Regular	0,48	Regular	0,56	Regular
Curuá	0,44	Regular	0,50	Regular	0,46	Regular	0,49	Regular
Floresta do Araguaia	0,51	Regular	0,45	Regular	0,46	Regular	0,49	Regular
Jacareacanga	0,38	Baixo	0,37	Baixo	0,41	Regular	0,44	Regular
Nova Esperança do Piriá	0,40	Baixo	0,41	Regular	0,38	Baixo	0,43	Regular
Nova Ipixuna	0,57	Regular	0,54	Regular	0,51	Regular	0,53	Regular
Ourém	0,52	Regular	0,54	Regular	0,55	Regular	0,55	Regular
Pau D'Arco	0,53	Regular	0,48	Regular	0,52	Regular	0,47	Regular
Peixe-Boi	0,52	Regular	0,50	Regular	0,53	Regular	0,60	Moderado
Piçarra	0,52	Regular	0,55	Regular	0,54	Regular	0,56	Regular
Primavera	0,52	Regular	0,60	Moderado	0,64	Moderado	0,64	Moderado
Rio Maria	0,63	Moderado	0,57	Regular	0,54	Regular	0,52	Regular
Santa Cruz do Arari	0,45	Regular	0,43	Regular	0,45	Regular	0,54	Regular
Santa Maria das Barreiras	0,45	Regular	0,43	Regular	0,45	Regular	0,45	Regular
Santa Maria do Pará	0,45	Regular	0,53	Regular	0,49	Regular	0,50	Regular
Sapucaia	0,53	Regular	0,51	Regular	0,60	Regular	0,64	Moderado
Senador José Porfírio	0,42	Regular	0,40	Regular	0,45	Regular	0,48	Regular
Terra Santa	0,50	Regular	0,53	Regular	0,53	Regular	0,55	Regular
Trairão	0,49	Regular	0,46	Regular	0,48	Regular	0,48	Regular

Fonte: Plataforma FIRJAN adaptado pelos autores (2019).

Os dados referentes ao IDHM dos municípios com até 25 mil habitantes, classificados como pequenos. Dos 50 municípios classificados como pequenos, apenas a metade está representada na amostra. Destes 25 municípios, 21 apresentaram IDHM regular em 2013, 2 municípios apresentaram IDHM baixo e apenas 2 destes municípios apresentaram IDHM moderado, demonstrando que o IDHM de municípios pequenos tem um percentual menor em relação a municípios médios e grandes. Já no ano de 2016 houve uma pequena melhora passando para 4 municípios com IDHM moderado e 21 municípios com IDHM regular.

Tabela 8 - Despesas de Municípios Pequenos período 2013 a 2016.

MUNICÍPIOS	DESPESAS			
	*EM MILHARES DE REAIS			
	2013	2014	2015	2016
Abel Figueiredo	R\$ 14,9	R\$ 17,1	R\$ 16,7	R\$ 55,7
Bannach	R\$ 13,8	R\$ 15,2	R\$ 17,7	R\$ 17,8
Belterra	R\$ 27,7	R\$ 30,7	R\$ 34,2	R\$ 33,3
Bom Jesus do Tocantins	R\$ 24,0	R\$ 25,7	R\$ 27,0	R\$ 29,7
Brasil Novo	R\$ 31,3	R\$ 32,7	R\$ 35,7	R\$ 40,5
Brejo Grande do Araguaia	R\$ 16,3	R\$ 19,6	R\$ 20,0	R\$ 21,2
Chaves	R\$ 25,1	R\$ 37,6	R\$ 37,8	R\$ 42,6
Curuá	R\$ 21,6	R\$ 24,4	R\$ 24,7	R\$ 27,3
Floresta do Araguaia	R\$ 35,5	R\$ 41,1	R\$ 40,0	R\$ 48,0
Jacareacanga	R\$ 50,4	R\$ 61,3	R\$ 74,3	R\$ 85,3
Nova Esperança do Piriá	R\$ 32,1	R\$ 34,6	R\$ 36,9	R\$ 40,1
Nova Ipixuna	R\$ 26,5	R\$ 30,2	R\$ 31,2	R\$ 33,5
Ourém	R\$ 22,7	R\$ 28,3	R\$ 31,8	R\$ 33,7
Pau D'Arco	R\$ 16,6	R\$ 18,2	R\$ 19,8	R\$ 24,1
Peixe-Boi	R\$ 13,2	R\$ 15,9	R\$ 16,6	R\$ 16,7
Piçarra	R\$ 20,8	R\$ 26,3	R\$ 26,9	R\$ 31,8



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Primavera	R\$ 17,1	R\$ 20,1	R\$ 22,6	R\$ 28,3
Rio Maria	R\$ 31,1	R\$ 35,3	R\$ 36,0	R\$ 36,3
Santa Cruz do Arari	R\$ 10,3	R\$ 10,7	R\$ 12,9	R\$ 17,5
Santa Maria das Barreiras	R\$ 36,3	R\$ 38,0	R\$ 43,5	R\$ 39,9
Santa Maria do Pará	R\$ 26,4	R\$ 32,2	R\$ 33,5	R\$ 32,2
Sapucaia	R\$ 14,5	R\$ 16,0	R\$ 18,0	R\$ 19,8
Senador José Porfírio	R\$ 25,3	R\$ 29,6	R\$ 35,7	R\$ 40,5
Terra Santa	R\$ 31,4	R\$ 41,7	R\$ 45,0	R\$ 52,9
Trairão	R\$ 26,8	R\$ 28,0	R\$ 30,5	R\$ 32,7

Fonte: Plataforma SICONFI adaptado pelo autor, (2019).

A tabela de número 8 contém informações referentes às despesas pelos municípios classificados como pequenos no período de 2013 a 2016, dessa forma é possível observar que todos os municípios pequenos obtiveram um total superior de despesas em 2016 se comparado ao ano de 2013.

Tabela 10 - Despesas e IDHM de Municípios Pequenos período 2013 a 2016.

MUNICÍPIOS	IDHM	DESPESAS
Abel Figueiredo	-11,4% ▼	273,4% ▲
Bannach	30,3% ▲	28,6% ▲
Belterra	23,2% ▲	20,1% ▲
Bom Jesus do Tocantins	18,3% ▲	23,6% ▲
Brasil Novo	0,8% ▲	29,5% ▲
Brejo Grande do Araguaia	-7,9% ▼	29,8% ▲
Chaves	19,1% ▲	69,4% ▲
Curuá	11,8% ▲	26,3% ▲
Floresta do Araguaia	-4,0% ▼	35,1% ▲
Jacareacanga	15,6% ▲	69,3% ▲
Nova Esperança do Piriá	8,2% ▲	25,1% ▲
Nova Ipixuna	-7,7% ▼	26,3% ▲
Ourém	5,3% ▲	48,5% ▲
Pau D'Arco	-11,3% ▼	45,9% ▲
Peixe-Boi	16,3% ▲	26,6% ▲
Piçarra	6,8% ▲	53,1% ▲
Primavera	23,2% ▲	65,7% ▲
Rio Maria	-17,1% ▼	16,5% ▲
Santa Cruz do Arari	20,6% ▲	69,6% ▲
Santa Maria das Barreiras	-0,6% ▼	9,8% ▲
Santa Maria do Pará	10,7% ▲	21,9% ▲
Sapucaia	21,2% ▲	35,8% ▲
Senador José Porfírio	12,3% ▲	59,9% ▲
Terra Santa	9,7% ▲	68,5% ▲
Trairão	-1,1% ▼	21,9% ▲

Fonte: Dados do relatório FIRJAN e SICONFI adaptado pelos autores, (2019).

É possível fazer uma comparação do IDHM com as despesas dos municípios pequenos no período de 2013 a 2016, identificando assim que todos obtiveram acréscimo do valor com despesas. O ponto importante a se observar nesses municípios pequenos é que esse aumento com despesas não foi representado de forma proporcional ou IDHM. Os municípios de Abel Figueiredo, Brejo Grande do Araguaia, Floresta do Araguaia, Nova Ipixuna, Pau D'Arco, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Trairão que gastaram mais com despesas, mas não conseguiram refletir esses gastos no



100% ON-LINE

A Contabilidade e as Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

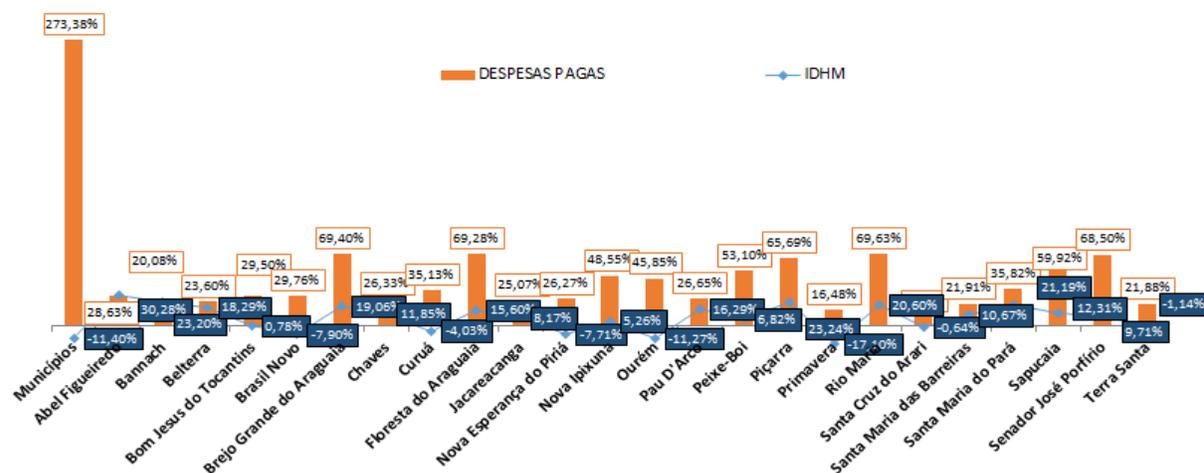
7 a 9 de setembro



IDHM de forma positiva, demonstrando uma redução no percentual de IDHM.

Em relação aos municípios pequenos, pode-se observar que houve um aumento de despesas para 100% da amostra. Entretanto, 33% dos municípios apresentaram diminuição do Índice IDHM, considerando que a amostra é composta por 25 municípios. Os dados representam valores expressivos, pois 8 municípios paraenses com menos de 25 mil habitantes diminuíram seu bem-estar social, trazendo prejuízo social para a sociedade. Para Mendes (2015), as despesas nos municípios muito pequenos sugerem falta de escala e de aglomeração adequada na execução da despesa pública e na provisão eficiente de bens e serviços públicos locais. Na figura abaixo, são comparadas as despesas e IDHM de municípios pequenos no estado do Pará.

Figura 3 - Despesas e IDHM de Municípios Pequenos período 2013 a 2016.



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

No gráfico 4 estão representados os índices de IDHM e despesas. Dos 25 municípios pequenos utilizados na amostra, podem-se colocar como destaques os municípios de Abel Figueiredo e de Bannach, que apresentaram relações inversas no quesito IDHM. Como foi mostrado na tabela 9, o município de Abel Figueiredo, que aumentou em 273,38% suas despesas, teve uma diminuição em -11,40% no IDHM, diferente do Município de Bannach, que conseguiu melhorar seu IDHM em 30,28% com um acréscimo de 28,6% em despesas. Com base nos dados apresentados de 81 dos 144 municípios paraenses, foi possível identificar quais municípios têm transparência das contas públicas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), em virtude da falta de transparência de alguns municípios não foi fazer a pesquisa de todos os 144 municípios que compõem o estado do Pará.

5 Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer a evolução dos gastos públicos das cidades do estado do Pará e compará-los ao índice de desenvolvimento humano municipal. Foi possível perceber que o tamanho populacional, influencia na relação despesas e IDHM. Para os municípios grandes identificou-se resultado negativo com aumento de despesas e esse aumento não acarretou



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



consequentemente aumento de IDHM. Quanto aos municípios médios, observou-se que em dois municípios houve relação inversamente proporcional. Diminuiu o valor das despesas e aumentou o IDHM, o que pode demonstrar que é possível aumentar IDHM mesmo diminuindo as despesas.

Para os municípios com menos de 25 mil habitantes, considerados pequenos, pode-se observar que houve um aumento diretamente proporcional entre aumento de despesas e aumento de IDHM para 68% dos municípios. Entretanto, 8 municípios da amostra obtiveram diminuição em seu IDHM, considerando um universo de 25 municípios, apresenta quantidade significativa. Poucos municípios tiveram uma redução desse valor. O IDHM teve um acréscimo muito pequeno no decorrer de 4 anos, principalmente nos municípios pequenos e médios que pagaram menos despesas comparados aos municípios grandes, um fator que pode ter contribuído para que os municípios pequenos e médios não tenham conseguido alcançar ao menos o status de IDHM moderado em sua maioria, como aconteceu nos municípios grandes.

As limitações da investigação foram na amostra, pois não foi possível encontrar informações dos 144 municípios do Estado do Pará por falta do envio para o SICONF. Sugere-se para futuras pesquisas que se faça uma comparação com os gastos por destinação, como educação, saúde, segurança, assistência social entre outros, comprando-os ao Índice de Desenvolvimento com a finalidade de identificar quais despesas impactam no IDHM. Sugere-se também que se façam estudos tanto qualitativos quanto quantitativos para a análise dos fatores que levaram os municípios de Igarapé-Miri e Pacajá a diminuírem suas despesas e inversamente aumentarem o IDHM.

Referências

BOGONI, N. M.; Hein, N. & Beuren, I. M. (2011). **Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil**. RAP - Rio de Janeiro 45(1):159-79, Jan./fev.

CALVO, M. C. M; *et al.* **Estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho em saúde**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 25, n. 4, p. 767-776, Dec. 2016. COSTA, E. M; SILVA, J. L. M.; DANTAS, F. C. **Eficiência nos gastos públicos em educação fundamental nos municípios do Rio Grande do Norte**. Revista Econômica do Nordeste, v. 46, n. 1, p. 27-40, 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. (2019). Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acessado em 10 de Nov. 2019.

GONÇALVES, Luciano Gomes; FUNCHAL, Bruno; BEZERRA FILHO, João Eudes. **A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014**. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 462-481, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. (2010). Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acessado em 25 de julho de 2010.

MARINHO, Emerson; NETO, P. M. J. **Gastos públicos e condições de vida nos municípios do estado do Ceará**. Revista de administração pública, v. 33, n. 3, p. 139-160, 1999.

MATIAS-PEREIRA, José. **A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro**. Administração Pública e Gestão Social (APGS), Viçosa, v.2, n. 1, p. 109-134, jan./mar.



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress


7 a 9 de setembro



2010c.

MATTEI, T. F; BEZERRA, F. M; MELLO, G. R. **Despesas públicas e o nível de desenvolvimento humano dos estados brasileiros: uma análise do IDHM 2000 e 2010.** Race: revista de administração, contabilidade e economia, v. 17, n. 1, p. 29-54, 2018.

MENDES, Constantino Cronemberger. **Padrões regionais da despesa pública municipal no Brasil.** Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

MORAIS, G. S; ARAUJO, J. A; MONTEIRO, V. B. **Gastos públicos e crescimento econômico: evidências da economia cearense.** Governo do Estado do Ceará, v. 1, p. 57, 2012.

NAYAK, P; MISHRA, S. K. A state level analysis of the status of social sector in India. **In: Proceedings of the International Conference on Social Sector Development: Issues, Challenges and Policy,** Institute of Public Enterprise, Hyderabad, India. 2014. p. 27-28.

NOVA, M. J. **O Impacto dos Gastos Públicos no Índice de Desenvolvimento Humano: O Caso dos Municípios do Ceará.** Universidade Federal do Ceará. Curso de Pós- graduação em Economia – CAEN. Fortaleza – CE. 2006. p. 58. OLIVEIRA, N. M; DA SILVA, F A; PEIXE, B. C. S. **Relação entre o Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal e a Proporção de Despesas Públicas Administrativas nos Municípios do Estado do Paraná.**

PINTO, Daniela Gomes Coordenação; COSTA, Marco Aurélio Coordenação; MARQUES, Maria Luiza de Aguiar Coordenação. **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro.** 2013.

REZENDE, Amaury José; SLOMSKI, Valmor; CORRAR, Luiz João. **A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo.** Revista Universo Contábil, v. 1, n. 1, p. 24-40, 2005.

REZENDE, F. C. (2008). **Teoria comparada e a economia política da expansão dos gastos públicos.** Econ. aplic., São Paulo, v. 12, n. 4, p. 607-633, outubro-dezembro.

ROCHA DOS SANTOS, Rodolfo; ROVER, Suliani. **Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos.** RAP: Revista Brasileira de Administração Pública, v. 53, n. 4, 2019.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSKI, Valmor. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. Revista de Administração Pública-RAP, v. 41, n. 5, p. 909-933, 2007.

SENEDO FEDERAL. Instituição Fiscal Independente. **Relatório de acompanhamento fiscal.** (2018). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ifi>. Acessado em 11 de Nov. 2019.

SILVA, Jonathas de Melo Cristovão; KUWAHARA, Monica Yukie; MACIEL, Vladimir Fernandes. **A eficiência dos gastos municipais na geração de bem-estar na região metropolitana de São Paulo.** RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 14, n. 26, 2013.

VIDEIRA, R. A.; MATTOS, Enlison. **Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros.** Revista Economia Aplicada, v. 15, n. 2, p. 259-286, 2011.